

**CASA
FLUMINENSE**
PLANO
ESTRATÉGICO



2017 | 2020

SUMÁRIO

- 3** Apresentação
- 4** Missão e Estratégias
- 6** Contexto e Desafios 2017-2020
- 11** Atividades e Plano de Ação
- 11** MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO
- 16** INFORMAÇÃO, PROPOSIÇÃO E MONITORAMENTO
- 21** DISSEMINAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA
- 25** PROJETOS TEMÁTICOS E TERRITORIAIS
- 27** Estrutura e Gestão
- 35** Plano Estratégico e Financiamento
- 38** Cronograma 2017-2020
- 40** Projeção Orçamentária

APRESENTAÇÃO

O ‘depois de 16’ chegou e com ele uma nova etapa na história do Rio e da Casa Fluminense no cenário político da nossa cidade metropolitana. Nas páginas que se seguem descrevemos em detalhes o plano de voo da organização no horizonte dos próximos quatro anos.

Em **MISSÃO E ESTRATÉGIAS** reafirmamos o chamado à construção em rede de políticas e ações públicas por um Rio mais igual, democrático e sustentável e refinamos nossa visão estratégica, calcada na frentes de mobilização, informação e incidência. Na sequência, mergulhamos no cenário político e socioeconômico da metrópole e retiramos dele os elementos necessários para balizar os focos prioritários nos próximos anos.

Na parte **ATIVIDADES E PLANO DE AÇÃO** descrevemos em detalhes os objetivos para consolidação e ampliação da carteira de projetos básicos da Casa, destrinchando os produtos pertinentes a cada coordenação e seus marcos de expansão ao longo de todo o período. No quinto tópico, **ESTRUTURA E GESTÃO**, traduzimos a pluralidade da rede em um ecossistema de relacionamentos, permitindo uma visualização fácil de que lugar ocupam conselho, núcleo, associados, parceiros, entre outros atores. Por fim, traçamos as principais estratégias para a garantia do financiamento institucional no item **PLANO ESTRATÉGICO E FINANCIAMENTO**.

O presente documento é fruto de um intenso processo de avaliação, iniciado no último semestre de 2016 e composto de rodadas de conversas entre membros do Núcleo Executivo, ex-conselheiro e parceiros; consulta online ao pleno de associados; e a realização de duas oficinas presenciais para construção compartilhada e definição de prioridades.

O Plano 2017-2020 foi aprovado em Assembleia Geral no dia 09 de março de 2017, momento que marcou a transição do primeiro conselho e da primeira coordenação geral da Casa e encerrou nosso ciclo de implantação institucional. Traçamos a rota e agora é chegado o tempo de reforçar os canais de articulação abertos entre os parceiros, a partir de uma atuação pública sistemática e consistente, que nos permita evitar retrocessos, defender direitos e construir terreno para que um ciclo de construção democrática se faça possível na nossa cidade metropolitana de 12 milhões de habitantes e 21 municípios. Seguimos!

MISSÃO E ESTRATÉGIAS

A Casa Fluminense organiza-se como associação civil sem fins lucrativos, apartidária e autônoma, contando com a rede de associados e parceiros como seu elemento constitutivo fundamental. O que os une é a missão:

Construir coletivamente políticas e ações públicas para o Rio de Janeiro, com foco na redução das desigualdades, no aprofundamento da democracia e no desenvolvimento sustentável.

A rede é, de fato, a Casa e dela parte sempre a definição dos focos territoriais e temáticos para as atividades ao longo do tempo, com a estrutura institucional criada orientando-se à implantação dos planos de ação gestados por associados e parceiros.

Guiada por esta perspectiva, a Casa atua como espaço comum de seus associados em três frentes estratégicas principais:



MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO

de organizações e cidadãos engajados na construção pública do Rio por meio da colaboração permanente; da promoção de encontros, cursos e fóruns; do estímulo à circulação pelo Rio inteiro; e da valorização da identidade metropolitana e fluminense.



INFORMAÇÃO, PROPOSIÇÃO E MONITORAMENTO

por meio da agregação, análise e visualização de informações, da formulação de propostas e do acompanhamento de políticas.



DISSEMINAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA

para fazer com que as propostas geradas na rede de associados e parceiros alcancem o debate público, os meios de comunicação, o poder público e a sociedade fluminense como um todo.

A partir da atuação prática da Casa nesses quatro anos, foi possível discernir e amadurecer uma identidade e princípios institucionais. Com vocação a ser casa comum, a Casa funciona como polo de articulação de redes, espaço onde é possível se forjar uma visão comum sobre o Rio. Justamente pela índole associativa, não desenvolve atividades de pesquisa, intervenção pública e cooperação técnica, atuando nessas ações somente por meio de parcerias com organizações da rede.

Em termos de princípios, a Casa é apartidária e laica, mas possui identidade decisiva com valores: igualdade; democracia e direitos; e sustentabilidade, que na sua construção permanente manifestam-se em uma postura sempre inclusiva e aberta à diversidade. Atua, assim, na mobilização e agregação de atores identificados com esses princípios para fortalecer a base de ação pública e política conjunta.

Nas suas ações correntes, mantém compromisso com a concretude, o que se materializa numa atuação propositiva orientada à busca de soluções e dedicada à qualificação do debate de políticas a partir de evidências. Espera realizar assim o objetivo de contribuir para o fortalecimento da cidadania e expansão de conquistas sociais e políticas em todo o Rio.



OS MEMBROS
FUNDADORES
DA CASA
ASSUMIRAM
A TAREFA DE
CONSTITUIR
UM ESPAÇO
COMUM CAPAZ
DE **ARTICULAR
E MOBILIZAR**
ATORES DIVERSOS
DA SOCIEDADE
CIVIL PARA A
CONSTRUÇÃO
DE **POLÍTICAS
PÚBLICAS** PARA
O RIO INTEIRO”

Quando a Casa Fluminense foi criada em 2013, o Rio de Janeiro vivia um clima de expectativas em torno dos grandes jogos, ancorado na fase de pleno emprego e no ciclo recente de desenvolvimento econômico e distribuição de renda no país. Já naquele momento, além de reconhecer os avanços na ampliação de políticas públicas, na retomada do crescimento econômico e na emergência de novos atores políticos impulsionando uma agenda de democratização da cidade, a Casa já sinalizava que o horizonte de desenvolvimento da cidade estava limitado no tempo — jogos de 2014 e 2016 — e no espaço — eixo central da capital. Em paralelo, também havia o reconhecimento de que existiam poucos espaços de articulação entre atores da sociedade civil no conjunto da metrópole, tornando difícil a conquista de um sentido de pertencimento socioterritorial ampliado e, portanto, a reivindicação de políticas públicas que respondam aos desafios nessa escala.

A partir da constatação, os membros fundadores da Casa assumiram a tarefa de constituir um espaço comum capaz de articular e mobilizar atores diversos da sociedade civil para a construção de políticas públicas para o Rio inteiro — cidade metropolitana de 21 municípios e 12 milhões de habitantes. A primeira tarefa estratégica passou a ser a formulação compartilhada de uma agenda de propostas para o Rio pós-jogos, com foco na promoção da igualdade, no aprofundamento da democracia e no desenvolvimento sustentável. A construção da Agenda Rio 2017 e a sua defesa no debate público serviram de norte para a atuação da Casa durante o ciclo de implantação entre 2013-2016.

O período é marcado pela atuação em torno dos eixos estratégicos e o estabelecimento de um ambiente institucional de cooperação. A primeira camada de implantação da Casa foi a tessitura da rede e a articulação com associados e parceiros na capital e metrópole afora, com a realização de encontros, oficinas, bondes, cursos e Fóruns Rio, além do suporte regular às ações de atores diversos da sociedade civil. Essa rotina de interação e interlocução formam a base para a atuação da Casa no debate público.

Na segunda camada, de informação, atuou-se na agregação e difusão de dados, indicadores e análises sobre a realidade metropolitana do Rio. A produção do Mapa da Desigualdade e de reportagens no ForumRio.Org, por exemplo, são conteúdos que visam oferecer subsídios para o debate

e o monitoramento de políticas públicas no Rio. Ainda nesse eixo, uma tarefa central foi a formulação e sistematização de propostas de políticas, materializadas, principalmente, na Agenda Rio 2017, o documento propositivo que guia os focos de atuação prioritários da Casa.

Na terceira camada estão as ações de incidência, levando o acúmulo produzido na rede para os atores políticos e sociedade em geral. Na dimensão do debate público, o desenvolvimento de canais de comunicação na internet; o estabelecimento da parceria com o jornal O Dia durante as eleições de 2014; e a ampliação do contato com veículos de imprensa e mídias alternativas ao longo da Campanha Rio 2017 foram ações decisivas para posicionar a Casa como articuladora de vozes no Rio.

No que diz respeito ao poder público, a entrega da 1ª versão da Agenda Rio 2017 aos candidatos a governador do Estado em 2014 e a interlocução regular com a Câmara Metropolitana, juntamente com a participação no processo de construção do Plano Metropolitano, constituem-se como importantes marcos no período de implantação institucional. A Campanha Rio 2017, por sua vez, realizada durante as Olimpíadas e eleições municipais de 2016, com o objetivo de pautar propostas de políticas aos candidatos a prefeitos e vereadores marca o amadurecimento das ações de incidência da Casa e consolidação delas como eixo estruturante e prioritário de ação no ciclo por vir. As ações promovidas ao longo da Campanha são resultado de toda articulação feita com associados e parceiros da rede desde 2013. Participaram mais de 75 organizações da sociedade civil, resultando na adesão de 97 candidatos em 10 municípios, 30 reportagens na mídia e 400 mil visualizações nas redes sociais. Todo o capital político produzido pela Casa e a rede de parceiros nesse período nos posiciona agora como ator-chave para o monitoramento das novas gestões municipais.

Infelizmente, não é possível encontrar motivos para comemorar quando se encara o quadro político mais amplo do Rio e do Brasil. Em paralelo ao processo de criação e implantação da Casa, testemunhamos o aprofundamento da crise política e econômica nacional, o impeachment da presidente Dilma, a falência do Estado do Rio de Janeiro, a falta de pagamento de servidores públicos e fornecedores de serviços básicos. A degradação do quadro institucional, a exposição da corrupção em todos os níveis de governo, a falta de confiança e de legitimidade do governo



NO CENÁRIO DE INCERTEZAS E DESAFIOS À FRENTE, FICA EVIDENTE A NECESSIDADE DE MAIOR **PROTAGONISMO** DA SOCIEDADE CIVIL PARA ELUCIDAÇÃO DOS ERROS COMETIDOS NOS ÚLTIMOS ANOS, O APONTAMENTO DE SAÍDAS À CRISE E A **ARTICULAÇÃO** DE ATORES CAPAZES DE FAZER MOVER A AGENDA PÚBLICA RUMO A NOVOS HORIZONTES DE CONQUISTAS”

federal e estadual, contribuem para ampliar o ceticismo e a desesperança. O desemprego crescente e o dismantelamento de políticas de proteção social, aumentam a fragilidade da população mais pobre, que acaba sempre pagando um preço muito alto na crise.

No caso do Rio, o enfraquecimento das UPPs e o retorno à rotina de intensos tiroteios nas favelas, com uma evidente falta de controle e de estratégia das forças policiais, revela o quanto estamos retrocedendo ao padrão de violência de décadas anteriores. A universalização do saneamento básico e a despoluição da baía de Guanabara seguem como miragens no horizonte, ainda mais turvo com a privatização da CEDAE como condição para o socorro fiscal ao Estado do Rio de Janeiro, numa negociação açodada feita por um governo sem legitimidade.

Com relação à renovação das prefeituras nos 21 municípios da metrópole, não é possível afirmar que encontramos nela um vigoroso processo de construção democrática e republicana, comprometido com a redução das desigualdades, a modernização e a qualificação da gestão pública e da participação social. As tradicionais forças políticas clientelistas, patrimonialistas e, eventualmente, criminosas continuam compondo hoje grande parte dos governos municipais instalados metrópole afora. Essa opacidade percebida na grande maioria das prefeituras e câmaras legislativas, somada ao quadro de crise fiscal e de precariedade das suas estruturas de planejamento e gestão, evidencia o enorme desafio que será a construção de políticas públicas no próximo ciclo.

Apesar de toda a maré contrária, é necessário enxergar a crise como oportunidade para extrair lições sobre a gestão pública, reafirmar agendas para a redução das desigualdades, demandar universalidade, longo prazo, processo público inclusivo e enraizado. E será fundamental compreender como a Casa se insere no contexto desse novo capítulo da cidade metropolitana do Rio. No cenário de incertezas e desafios à frente, fica evidente a necessidade de maior protagonismo da sociedade civil para elucidação dos erros cometidos nos últimos anos, o apontamento de saídas à crise e a articulação de atores capazes de fazer mover a agenda pública rumo a novos horizontes de conquistas.

Posicionada como ator relevante no debate do Rio pós-Jogos, a tarefa da Casa para os próximos anos será fortalecer capacidades e o ambiente de articulação da sociedade civil, implementar uma estratégia vigorosa de monitoramento do acesso a serviços públicos, das condições de vida e da gestão pública, defender propostas da Agenda Rio 2017 e aprofundar a disputa pela visão metropolitana e cooperação municipal, com destaque para a incidência política nas eleições de 2018 e 2020.

No próximo ciclo, a Casa adotará uma abordagem territorial integrada que inclui a despoluição da Baía de Guanabara e revitalização de sua orla; a criação de um programa de redução de desigualdades territoriais; e a descentralização e expansão econômica no conjunto da metrópole como temas de atuação prioritários. O enfoque temático, considerando as políticas setoriais, deve concentrar esforços, portanto, no saneamento básico, na segurança pública e na mobilidade urbana. De forma transversal, estará a defesa de mecanismos legais de transparência e gestão pública qualificada nas administrações municipais e estaduais e a promoção de uma Cidade para Viver. A priorização desses temas e sua abordagem integrada serão o foco da Casa nos próximos anos.

PRIORIDADES



Com o fim do ciclo dos megaeventos, o próximo marco do Rio de Janeiro deverá ser a efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável — Agenda 2030 — e as medidas de sucesso devem ser a qualidade de vida de todos os cidadãos e o enraizamento e durabilidade das conquistas. O presente plano estratégico ambiciona promover essa visão, alinhando a Agenda Rio 2017 com esse horizonte de futuro e provendo sua defesa e monitoramento no debate público do Rio.

ATIVIDADES E PLANO DE AÇÃO

Organizados em torno de suas três frentes estratégicas, os projetos desdobram-se a partir delas formando o núcleo básico de atuação da Casa, conforme descrição do esquema abaixo. Na sequência cada projeto será detalhado e logo após serão descritas as condições para o estabelecimento de projetos especiais, temáticos ou territoriais, para além do pacote básico de atuação.

MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO

AÇÕES REDE/CASA

O Núcleo Executivo da Casa funciona como uma unidade de referência, estímulo e suporte para o desenvolvimento de ações por atores diversos do universo dos associados e parceiros da organização. Tais ações materializaram-se até agora em formatos variados, sempre contendo os objetivos da Casa de ampliar os canais de diálogo e cooperação no espaço da sociedade civil de toda a cidade, metrópole e estado do Rio, fomentando o monitoramento, debate e proposição de políticas integradoras e universalizantes para seus territórios comuns e fortalecendo as capacidades de defesa em conjunto de tais políticas.

O papel a ser cumprido pela Casa no próximo ciclo será o de estimular a multiplicação de iniciativas pelos associados, apoiar a sua organização e divulgação e promover a construção de novas parcerias e convergências em torno delas, a partir da articulação contínua no âmbito da rede. De um lado, acolhendo propostas e sugestões dos associados e parceiros e provendo suporte para a sua concretização. De outro, sistematizando propostas e conteúdos para ações específicas, a serem disseminadas localmente pelos associados e parceiros, com base no acúmulo e recursos das demais atividades da Casa. Para isso, deverá ser mobilizada a dedicação de parte da equipe e dos recursos do Núcleo Executivo, conduzindo esses esforços no cotidiano e dando origem a um calendário contínuo de atividades na rede. Podemos identificar três subconjuntos de atividades dentro de Ações Rede/Casa.

Encontros e Bondes Casa

Essas duas atividades são unidades básicas de ação da Casa para promover a interlocução e a circulação permanente no interior da rede de associados e parceiros, sempre aberta a novos integrantes. Os Encontros Casa são oportunidades para o debate e a formulação de políticas, o intercâmbio entre atores da sociedade civil e a articulação de ações comuns de incidência. Eles acontecem de forma itinerante em pontos diversos da metrópole, aumentando a capilaridade da rede e aprofundando o debate sobre temas prioritários da Agenda Rio. O Bonde Casa tem como objetivo incentivar a circulação e a fruição por locais de interesse cultural, ambiental e histórico na metrópole do Rio, reconhecendo e valorizando territórios e iniciativas fora do eixo central da capital. De caráter mais lúdico, o Bonde busca incentivar grupos de associados e parceiros a visitarem juntos outros lugares da agenda cultural e ambiental da metrópole, podendo ser promovidos por meio de caronas solidárias, pontos de encontros em transporte público e outros. Com essa ação, espera-se aumentar o sentimento de pertencimento no Rio inteiro e na Casa.

Participação em Fóruns Regulares e suporte aos parceiros

Parte importante da dedicação do Núcleo Executivo estará voltada para a participação e cooperação em fóruns regulares da sociedade civil e ações diversas no universo de associados e parceiros. Essa cooperação poderá traduzir-se em suporte para debates, cursos, oficinas temáticas, atos públicos, visita a equipamentos públicos, criação de núcleos territoriais ou temáticos e outras iniciativas, acontecendo regularmente em pontos diversos do Rio e com a liderança e envolvimento de parceiros variados. Atualmente a Casa participa dos seguintes espaços regulares de articulação:

- Contrem — Movimento Projeto Central
- Comitê Popular de Lutas da Cidade
- Fórum Grita Baixada
- Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping — FORAS
- Fórum de Transparência e Controle Social de Niterói
- Movimento Baía Viva
- Universidade Comunitária da Zona Oeste

A participação do Núcleo nesses espaços deve ser ampla e de temática variada, mas é importante que no ciclo 2017-2020 tais atividades estejam alinhadas com as prioridades da Agenda Rio, desdobrando Planos de Desenvolvimento Locais, priorização de demandas nos territórios, estratégias de comunicação e de incidência política. Dessa forma será possível promover maior convergência entre a pauta mais ampla de políticas com a realidade local concreta.

Mapa da Participação

Todo o processo de cooperação e expansão permanente da rede deverá ser acompanhado pela atualização regular do Mapa da Participação, ferramenta de georreferenciamento para a visualização dos atores sociais com atuação pública no Rio inteiro. O Mapa foi lançado em 2015, junto com o Mapa da Desigualdade, mas sua utilização e apropriação pelos associados e parceiros ficou abaixo da expectativa. Isso se deve ao fato do Mapa da Participação não ter sido priorizado pela equipe, sem o estabelecimento uma estratégia de disseminação do mapa durante as atividades de mobilização, nem um esforço sistemático de comunicação do instrumento na rede de parceiros. No ciclo 2017-2020 essa ferramenta deverá ganhar mais centralidade na estratégia da mobilização, constituindo-se num mapeamento vivo e contínuo da expansão da rede de parceiros e de referência para o contato com organizações da sociedade civil do Rio metropolitano. Para isso também deverão ser dedicados esforços específicos de comunicação para ampla divulgação do mapa, como campanhas on-line, criação de um programa de embaixadores do mapa, entre outros.

CURSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O curso de Políticas Públicas é anual e seu objetivo é gerar capacidades em atores diversos da sociedade civil para a participação aprofundada na formulação, debate e monitoramento de políticas públicas na Cidade Metropolitana do Rio. Neste sentido, estará aberto a lideranças, ativistas e integrantes de organizações atuantes em todos os pontos dela, buscando também o máximo de diversidade de perfis na composição do grupo de participantes.

O ciclo introdutório do curso versará sobre a formação urbana, econômica e social do Rio de Janeiro de maneira a ambientar histórica e geograficamente o aprofundamento da democracia no território. No segundo ciclo o foco estará nos múltiplos aspectos relacionados à organização e funcionamento do Estado, o aparato estatal condizente com as demandas por participação social, transparência e controle e, por fim, o papel da sociedade civil no monitoramento destes processos. O terceiro ciclo se propõe a analisar os sistemas setoriais de políticas públicas (saúde, educação, emprego & renda, mobilidade urbana, saneamento básico, segurança pública, planejamento urbano, meio ambiente e cultura) e o desenho e execução destas, enquanto conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo poder estatal que respondem a variados interesses.

O ambiente do curso deve fomentar a interação, troca de experiências e ideias entre os participantes, reforçando a articulação e a cultura de colaboração e compartilhamento de saberes entre diferentes agentes da metrópole do Rio. A iniciativa busca ampliar as atividades da Casa no fortalecimento e na troca de conhecimentos dentro e fora da sua atual rede de associados e parceiros institucionais.

FÓRUM RIO

Ao longo do ciclo 2013-2016, o Fórum Rio se consolidou como um encontro regular entre associados e parceiros da Casa Fluminense, sempre num ponto diferente da metrópole, para debater e propor políticas públicas e dialogar com representantes do poder público. A realização dos Fóruns em formato de rodízio nas sub-regiões da metrópole, a saber, capital, Baixada e Leste Fluminense, permitiu ampliar o lastro metropolitano da Casa e a articulação com novas organizações. Nesse processo experimentamos e aperfeiçoamos sua metodologia participativa com a possibilidade de inscrições de atividades conduzidas pelos parceiros dentro da programação, ampliando dessa forma o protagonismo das organizações na construção compartilhada do Fórum Rio.

Para 2017-2020, como desafios para o aperfeiçoamento permanente do Fórum Rio, a Casa deve experimentar novas formas de facilitação de encontros, aprofundar a construção compartilhada da programação,

ampliar o público e fomentar maior participação de gestores públicos, buscando consolidar o evento no cenário político do Rio como um espaço de referência para formulação e proposição de políticas. A experiência acumulada até o momento permite uma atualização na periodicidade do Fórum Rio, sugerindo a realização de apenas duas edições por ano, uma em cada semestre. Espera-se com essa medida uma maior integração do Fórum Rio com o calendário de atividades das demais organizações na rede e o fortalecimento da articulação para a sua construção conjunta.

FUNDO DE AÇÕES CASA

Em 2016, a Casa Fluminense inaugurou o Fundo de Ações Casa, ferramenta para apoiar iniciativas de mobilização, formulação e defesa de políticas públicas com participação social em toda a cidade metropolitana. O Fundo oferece suporte a coletivos, movimentos e cidadãos engajados na construção de um Rio de Janeiro mais igual, democrático e sustentável. Assim, o objetivo do Fundo é fortalecer as capacidades no dia-a-dia da ação cidadã e aprofundar a incidência sobre a agenda e gestão pública para a materialização das prioridades da Agenda Rio.

No período de 2017-2020, a Casa vai dedicar esforços ao desenvolvimento institucional do Fundo e de seu programa de apoio, revisando critérios para a seleção de propostas, desenvolvendo estratégias de monitoramento e avaliando processos e impactos das ações selecionadas e da estrutura de governança. Ainda em 2017, o fundo deverá ter um plano de estruturação e desenvolvimento específico que deverá conter metas para os próximos quatro anos, tanto em termos de evolução financeira, quanto em formas de mobilização e gestão dos recursos, parcerias estratégicas e comunicação das ações.

INFORMAÇÃO, PROPOSIÇÃO E MONITORAMENTO

O exercício do acompanhamento, debate e proposição informado de políticas demanda antes de tudo a possibilidade de contar com diagnósticos, dados e informações de referência em condições de associá-los de maneira precisa à realidade que se busca discutir e na qual se busca intervir. A segunda frente de ação da Casa está organizada em três camadas:

AGREGAÇÃO, ANÁLISE E VISUALIZAÇÃO

A 1ª camada de ações da Casa neste âmbito trata da agregação, disponibilização e difusão contínuas de dados e indicadores públicos sobre a realidade carioca e fluminense. A Casa continuará agregando e disponibilizando documentos de referência e de propostas, elaborados pela sociedade civil e que possam servir como subsídios para a construção de políticas públicas no Rio. Atualmente esses documentos encontram-se na plataforma AgendaRio.org, mas deverão ficar armazenados no portal CasaFluminense.org.br no próximo ciclo, tornando este a principal plataforma de conteúdos da associação. A agregação e disponibilização de propostas deve ser contínua.

A partir do **MAPA DA DESIGUALDADE**, dos documentos de referências da rede de parceiros e dos produtos de monitoramento que serão apresentados mais abaixo, a equipe de produção de conteúdos, orientada pela coordenação de informação, produzirá releases para a imprensa, notas técnicas, artigos de opinião e infográficos para a disseminação pública. Esses conteúdos terão como destino os veículos da grande imprensa, jornalistas, formadores de opinião, mídia alternativa e popular e redes sociais, levando o debate de políticas e o ponto de vista da Casa para públicos cada vez maiores.

O portal **CASAFLUMINENSE.ORG.BR** funcionará assim como um “one stop shop” sobre políticas públicas e participação social no Rio de Janeiro, atuando tanto como agência de notícias que fornece conteúdos para outros veículos e mídias, quanto como repositório de informações sistematizadas de forma permanente pela Casa e sua rede de parceiros.

Naturalmente, todo o esforço de reunião e visualização das informações deverá ser conduzido em articulação com outras organizações, governamentais e da sociedade civil, dedicados também ao acesso e processamento de dados e informações públicas no Rio. A coordenação de informação, junto com a coordenação de mobilização, será responsável por conduzir essas interfaces, consolidar as informações agregadas no Mapa da Desigualdade com as demandas levantadas na rede de parceiros e conduzir as oficinas de difusão das informações.

FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS

Em todas as suas atividades, a Casa deverá ter sempre em vista o sentido de ampliar as referências e subsídios para o debate social das políticas públicas no Rio e amparar a formulação e difusão de novas propostas consistentes para elas, sempre com os eixos da promoção de igualdade, aprofundamento da democracia e desenvolvimento sustentável que definem a sua missão.

A elaboração da **AGENDA RIO**, a partir desta premissa, consolidou-se como um repositório permanente das ideias geradas, diretamente nas atividades promovidas pela Casa ou a partir do trabalho de seus associados e parceiros, na forma de propostas de políticas em temas e territórios diversos na metrópole. O lançamento da 1ª versão da Agenda Rio durante as eleições para o governo do Estado em 2014 e da 2ª versão durante as Olimpíadas e eleições municipais de 2016, representam um marco para o posicionamento público da Casa e a defesa de suas propostas. No ciclo 2017-2020, a Agenda deve continuar a ser atualizada com o lançamento de novas versões do documento a cada dois anos, ocorrendo em 2018 e 2020. Assim, o processo de revisão ficará sempre alinhado com calendário eleitoral e será fortalecido o ritual de entrega pública do documento aos candidatos no pleito do respectivo ano.

Além da atualização da pauta geral de propostas para o Rio, a Casa deverá dedicar esforços para a sistematização e visualização das demandas locais de seus parceiros, assim como seu alinhamento com a Agenda Rio. A sistematização de demandas locais e a formulação de propostas devem ocorrer tendo como referências a Carta de Juventudes da Zona Oeste, a Carta da Baixada ou as 10 medidas para a mobilidade urbana

sustentável em Japeri. Também devem ser promovidas experiências de elaboração de Planos de Desenvolvimento Local e de outras metodologias para a construção de propostas a partir dos territórios, sempre em articulação com os parceiros. O alinhamento bem-sucedido entre a Agenda Rio e as demandas locais será fundamental para tornar a defesa e o monitoramento das propostas mais dinâmica e viva, aumentando seu potencial de mobilização e apropriação por atores da rede.

Deste modo, a Agenda deverá somar de forma decisiva para a consolidação ao longo do tempo de agendas sólidas e compartilhadas, definindo uma pauta de referência para a participação da Casa no debate público e o planejamento de focos e rumos para suas atividades futuras, realimentando o ciclo de trabalho.

MONITORAMENTO

Tão importante quanto apresentar propostas de políticas públicas de forma articulada pela sociedade civil, é a capacidade de monitorar a execução ou não dessas políticas pelo poder público. Desde sua criação em 2013 a Casa traz a preocupação transversal de construir capacidades na sociedade civil para um acompanhamento sistemático e regular das políticas públicas e das condições de vida da população, tendo no Mapa da Desigualdade e na série de reportagens sobre o Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM), embriões desse esforço no período anterior. Para o ciclo 2017-2020, a Casa aperfeiçoará as ações já promovidas e incluirá outros projetos, consolidando uma estratégia de monitoramento em três pilares: (i) Planejamento e Gestão Pública; (ii) Agenda Rio; (iii) condições de vida e acesso a serviços públicos.

Planejamento e Gestão Pública

O enfoque deste pilar será o conjunto de pré-requisitos básicos para a ação pública qualificada. O principal produto é o Painel de Monitoramento: Instrumentos de Gestão Municipal, que visualiza os principais instrumentos necessários ao planejamento e gestão pública no âmbito municipal e informa quais dos 21 municípios da metrópole possuem ou não tais ferramentas. A seleção dos instrumentos escolhidos é apoiada na exigência legal dos mesmos, sendo prevista sua elaboração em leis

federais ou municipais, entre elas a do Plano de Metas, Plano Diretor, o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, o Plano Municipal de Saneamento Básico, o Plano Municipal Resíduos Sólidos, a Lei de Acesso à Informação entre outros. O Painel também deverá ser acompanhado de análises qualitativas sobre a implantação dos instrumentos pelas prefeituras, sua qualidade técnica, seus processos participativos e seu enraizamento na ação pública do município. A importância de tais instrumentos é evidente, pois de um lado eles são a base para o planejamento e coordenação de esforços dentro da prefeitura, e de outro, constituem-se como interfaces do poder municipal com a cidadania, que tem o direito de acompanhar de perto a gestão pública da cidade.

Monitoramento da Agenda Rio

Após lançar duas versões do documento (em 2014 e em 2016), de levá-los aos atores políticos e de promover sua discussão no debate público, caberá à Casa Fluminense fazer o acompanhamento sistemático da execução ou não dessas propostas pelos gestores públicos responsáveis nos próximos anos. Para alcançar esse objetivo, a Casa lançará a publicação de boletins trimestrais de monitoramento da Agenda Rio abordando o status das políticas setoriais, como mobilidade ou saneamento, em um determinado intervalo de tempo. Eles deverão conter informações sobre a execução de programas em andamento e as demandas locais da rede. Além dos boletins trimestrais, a Casa também lançará relatórios bienais de monitoramento da Agenda Rio, respectivamente em 2017 e 2019, que vão conter as principais ações realizadas pelo poder público, a análise da distribuição orçamentária desses investimentos e seu impacto na vida da população. Os produtos de monitoramento da Agenda Rio — boletins e relatório bienal — devem ter ampla divulgação na mídia, posicionando a Casa e a rede de parceiros no debate público sobre a redução de desigualdades no Rio.

Paralelo ao monitoramento da Agenda Rio, a Casa deverá aprofundar o alinhamento desta com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são uma parceria global entre países-membros da ONU para alcançar o desenvolvimento sustentável até 2030 e os seus objetivos e metas influenciarão debates, políticas e investimentos por todo o mundo. No ciclo 2017-2020, a Casa vai transversalizar o monitoramento da implantação dos ODS na metrópole do Rio através da Agenda

Rio e do Mapa da Desigualdade. Com essa ação a Casa espera alinhar agenda local e regional do Rio com a agenda global do desenvolvimento sustentável promovida pela ONU. Por fim, completando a estratégia de monitoramento da Agenda Rio e ODS, a Casa formulará uma estratégia de cooperação com universidades e centros de pesquisa dedicados ao estudo desses temas. A proposta de cooperação a ser elaborada deve considerar ao menos três aspectos: (i) a Casa e a rede de parceiros como interlocutores em pesquisas sobre políticas públicas e os ODS no Rio; (ii) a disseminação da produção acadêmica nos canais de comunicação da Casa e na rede de parceiros; e (iii) a parceria em projetos de extensão.

Mapa da Desigualdade

O terceiro pilar do monitoramento é o Mapa da Desigualdade, lançado em 2015. Ele tem como objetivo agregar dados sobre condições de vida e acesso a infraestrutura e serviços públicos no Rio, focando nas desigualdades sociais presentes na metrópole fluminense. O mapa alcançou boa repercussão e apropriação pela rede de associados e parceiros, confirmando que existe uma demanda por informação de fácil acesso, com dados e indicadores territorializados e com visualização amigável.

No período à frente o Mapa da Desigualdade deve ser permanentemente atualizado, seja com a ampliação da base de indicadores disponibilizados, seja com a visualização dos dados em mapas intramunicipais, revelando desigualdades ainda mais profundas no território e suas prioridades de investimento. Assim como a Agenda Rio, o Mapa da Desigualdade também será alinhado com os ODS, tornando possível o acompanhamento da evolução da agenda global na metrópole.

DISSEMINAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA

O principal objetivo da terceira frente de atuação da Casa é a disseminação das propostas elaboradas no interior da rede para o debate público e o poder público. Em cada um desses espaços, há um conjunto de atores e instâncias institucionais que devem ser envolvidos e sensibilizados para fazer avançar as propostas defendidas na Agenda Rio, num intenso processo de comunicação, negociação e pressão. É em torno disso que a Casa promoverá suas ações de incidência política.

DEBATE PÚBLICO

Para influenciar o debate público a Casa promoverá ações em duas direções. A primeira é a promoção de Coalizões Temáticas com objetivo de articular atores diversos da rede de parceiros e outros atores da sociedade civil para a construção de uma plataforma comum de ação na defesa de temas específicos da Agenda Rio, como segurança pública, mobilidade urbana ou saneamento básico. Na formação da coalizão é necessário ter consenso sobre a agenda comum, o estabelecimento de rotina de reuniões, comunicação constante e devolutivas sobre ações executadas. Também é fundamental habilidade política e sensibilidade do coordenador da Coalizão para conduzi-la na direção correta, produzindo pressão e negociação com atores-chave. No Rio é possível perceber inúmeros atores fazendo a defesa de pautas diversas no debate público, porém é notável o déficit de articulação entre organizações que advogam pelas mesmas causas. Ao promover as Coalizões Temáticas, a Casa espera contribuir para uma maior articulação das organizações da sociedade civil na incidência política.

A segunda ação para influenciar o debate público se dará por meio da disseminação de conteúdos para os veículos de imprensa, mídias alternativas, internet e redes sociais. Como exposto anteriormente, a equipe de conteúdo terá a função de produzir releases para imprensa, com dados e análises elaborados na coordenação de informação, posicionando-se como fonte de conteúdo para um arco de veículos de comunicação tradicionais e alternativos. Também será feito um esforço adicional para estabelecer parcerias estratégicas com grandes veículos de imprensa do Rio, buscando espaços regulares para a disseminação dos conteúdos e

pautas produzidas na Casa e rede de parceiros. Com essas medidas a Casa reafirma que seu principal objetivo não é alcançar audiências fantásticas em seu canal de comunicação — CasaFluminense.org -, mas sim fazer seus conteúdos e propostas chegarem nos diversos canais que já possuem audiências consolidadas.

Nas ações com redes sociais a Casa deve continuar o trabalho em andamento, com destaque para a necessidade de aumentar a utilização de infográficos, animações, vídeos e outros recursos gráficos em seus canais, simplificando suas mensagens. A utilização desses recursos é fundamental para aumentar o engajamento, a relevância e a audiência nas redes sociais. Por fim, todas as ações de comunicação deverão possuir métricas para a avaliação e monitoramento do alcance dos conteúdos da Casa, utilizando clipping, google analytics e outras ferramentas com objetivo de mensurar a audiência atingida anualmente.

PODER PÚBLICO

Bancada da Cidadania

Durante a Campanha #Rio2017, a Casa Fluminense debateu e apresentou propostas para prefeitos e vereadores de um amplo do espectro político, com a adesão de candidatos distribuídos em 21 partidos diferentes. Demandou-se compromisso com mandatos abertos e participativos, alinhados ao horizonte de redução de desigualdades, aprofundamento da democracia e desenvolvimento sustentável na metrópole fluminense. A campanha teve 72 candidatos(as) a vereador(a) signatários, dos quais cinco foram eleitos, três em Niterói e dois na capital. O passo seguinte, com os mandatos já instalados no início de 2017, será estabelecer uma interlocução regular e qualificada da Casa e a rede de parceiros da sociedade civil com o legislativo municipal, partindo dos eixos apresentados na Declaração de Compromisso da Campanha Rio2017.

A Casa, no entanto, não ficará restrita a interlocução com os cinco vereadores signatários e buscará estender o convite a todos os vereadores e deputados estaduais, buscando articular uma Bancada da Cidadania na metrópole do Rio. A Bancada da Cidadania é a constituição de um campo de interlocução da sociedade civil com todos os vereadores e deputados estaduais que declararem compromisso com as propostas da

Agenda Rio e com a construção de mandatos parlamentares abertos, transparentes e participativos. Com essa ação a Casa pretende estabelecer uma via de mão-dupla, tanto para levar propostas da sociedade civil ao legislativo, quanto para a sociedade civil ser demandada pelo legislativo sobre temas de interesse comum conduzidos pelos mandatos. A Bancada da Cidadania é uma resposta da Casa à necessidade urgente de ressignificar o papel do legislativo e das câmaras municipais como locais de participação social, de debate sobre a cidade e de aprofundamento da democracia no Brasil. O projeto da Bancada da Cidadania deverá ser detalhado e liderado pelo coordenador (a) de Disseminação e Incidência Política, com a previsão de um Encontro Anual com os vereadores e deputados integrantes da mesma.

Câmara Metropolitana e Governo do Estado

Desde a sua criação em 2013, a Casa Fluminense demanda a retomada do planejamento e da gestão metropolitana como uma questão central para o Rio. Ao longo desse período, foi possível acompanhar a criação da Câmara Metropolitana de Integração Governamental e o início da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), buscando sempre fomentar a participação social e o debate público em torno das prioridades da metrópole.

Para o ciclo 2017-2020, a Casa seguirá no processo de acompanhamento, participação e cooperação para o estabelecimento do planejamento e governança metropolitana, com vistas a dois marcos estratégicos. O primeiro é a consolidação do PDUI em 2017, no qual a Casa fará um acompanhamento crítico e propositivo, apresentando sugestões, sinalizando discordâncias e incentivando a participação e apropriação social na construção do documento, que deverá conter diretrizes estratégicas para o Rio até 2040. O segundo é o apoio ao ambiente de planejamento e cooperação intermunicipal, do qual possam emergir experiências concretas de trabalho conjunto entre prefeituras, o Estado e sociedade civil. No cenário de crise econômica do Rio, é possível afirmar que no curto prazo não haverá uma carteira investimentos para a metrópole, mas se a Agência e Câmara Metropolitana, com apoio atores diversos da sociedade fluminense, promoverem experiências pilotos de cooperação intergovernamentais, poderão oferecer uma contribuição estratégica para o debate nas eleições 2018 e para a gestão do novo governador.

Espera-se assim contribuir para aumentar o repertório de experiências exitosas de colaboração entre diferentes entes federativos e a sociedade civil, gerando projetos duradouros capazes de destravar o potencial inovador do setor público metropolitano.

Prefeituras e secretarias municipais

A principal referência para a interlocução da Casa Fluminense com as prefeituras será o Painel de Monitoramento: Instrumento de Gestão Municipal, um documento que apresenta o status das ferramentas de planejamento e gestão definidos por lei e de responsabilidade das administrações municipais. A Casa vai dedicar esforços para engajar parceiros locais, gestores públicos e veículos de comunicação em um amplo debate sobre a construção (ou atualização) dos planos setoriais (diretor, mobilidade e saneamento e entre outros) dos municípios e seu alinhamento com os Planos Plurianuais (PPA) e a execução orçamentária. Esse foco deverá desdobrar uma agenda de atividades de acompanhamento, debate e mobilização da Casa e rede de parceiros em torno dos planos setoriais dos municípios, sempre demandando participação social em todo o processo. Entre todos os instrumentos, a Casa Fluminense dará atenção especial ao Plano de Metas, previsto legalmente em Niterói e na capital, reconhecendo o potencial que possui para elevar qualitativamente a capacidade de monitoramento das gestões municipais pela sociedade.

Depois de articular uma rede de parceiros na sociedade civil e de propor uma rede interlocução no legislativo — Bancada da Cidadania -, a Casa deve dedicar esforços para estabelecer uma rede de interlocução com gestores públicos (secretários e técnicos) no ciclo 2017-2020. A partir da realização do Seminário de Planejamento e Cooperação Municipal, em abril de 2017, Casa deve fomentar a interlocução de um grupo de gestores sensíveis à proposta por meio de seminários, intercâmbios e suporte a parcerias com a sociedade civil, contribuindo para a valorização e o fortalecimento de profissionais capazes de enfrentar os desafios da gestão pública no Rio.

A partir do ambiente de cooperação metropolitana estabelecido, com o debate sobre planejamento posicionado na opinião pública e com a rede de interlocução com gestores públicos em andamento, a Casa vai constituir uma carteira de projetos de cooperação com o poder público,

baseada na interlocução republicana e positiva com prefeituras e governo do Estado. Entre as ações possíveis que podem estar nessa carteira de projetos, podemos citar a participação na elaboração do Plano de Redução de Homicídios na Baixada e no Plano Diretor de Duque de Caxias ou suporte à construção de uma plataforma de monitoramento do Plano de Metas na capital ou em Niterói.

Judiciário

No ciclo 2017-2020, a Casa também dedicará esforços à articulação com o Ministério Público (Federal e Estadual) e Defensoria Pública (União e Estadual) em torno das pautas prioritárias da Agenda Rio. Essa iniciativa visa envolver as referidas instituições a contribuírem por meio das Coalizões Temáticas ou ações estratégicas de incidência política, que podem ser transformadas em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e funcionarem como um mecanismo de pressão para políticas e de monitoramento destas. Entre as pautas da Agenda Rio mais sensíveis para a atuação desses órgãos estão a despoluição da Baía de Guanabara, a universalização do saneamento básico, a redução de homicídios na Baixada e favelas do Rio.

PROJETOS TEMÁTICOS E TERRITORIAIS

A Casa Fluminense é um espaço associativo por definição e a sua atuação em rede é estrutural para a sustentabilidade e enraizamento das ações promovidas. Como apresentado nos tópicos acima, as atividades básicas das três frentes estratégicas são o núcleo central da ação cotidiana da Casa. Sua estrutura permite, no entanto, absorver a realização de projetos temáticos ou territoriais que estejam alinhados com os objetivos gerais da associação. Tal abordagem possibilita que, para além dos projetos básicos, se constitua uma carteira de projetos temáticos e territoriais que terão o potencial de aprofundar temas específicos, promover intervenções nos territórios, fortalecer parcerias institucionais e ampliar formas de engajamento na Casa por meio dos colaboradores.

Tal abordagem já foi praticada no ciclo de implantação da Casa, como a participação no projeto Aluno Presente, promovido pela Associação Cidade Escola Aprendiz e a prefeitura do Rio com o objetivo de combater a evasão escolar de crianças na zona oeste da capital. Nessa ocasião a Casa participou na condução de oficinas de formação para gestores públicos e equipes de campo, responsáveis pela realização do projeto nos territórios. Outro exemplo de projeto temático em desenvolvimento é fruto da parceria com a *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)* e a agência de Cooperação Alemã (GIZ), cujo o objetivo é elaborar um mapeamento de iniciativas da sociedade civil para o monitoramento do ODS 11 nos municípios da metrópole fluminense. Em ambos os casos, a execução dos projetos foi feita por associados (colaboradores de projetos) distribuindo as atividades na rede e garantindo que a equipe do Núcleo Executivo fique dedicada às entregas das frentes prioritárias.

A ampliação da carteira de projetos temáticos e territoriais, contando com sua distribuição e realização na rede de associados e parceiros, contribuirá para a expansão do lastro da Casa Fluminense no debate público e a diversificação de fontes de recursos para a associação, conforme será melhor descrito no tópico sobre financiamento. A partir da experiência acumulada até o momento, é possível estimar uma média de dois projetos temáticos e territoriais por ano ao longo do ciclo 2017-2020, mas esse número pode variar para cima ou para baixo dependendo das oportunidades disponíveis.

ESTRUTURA E GESTÃO

ESQUEMA BÁSICO DO CICLO ANUAL DE PLANEJAMENTO DA CASA FLUMINENSE



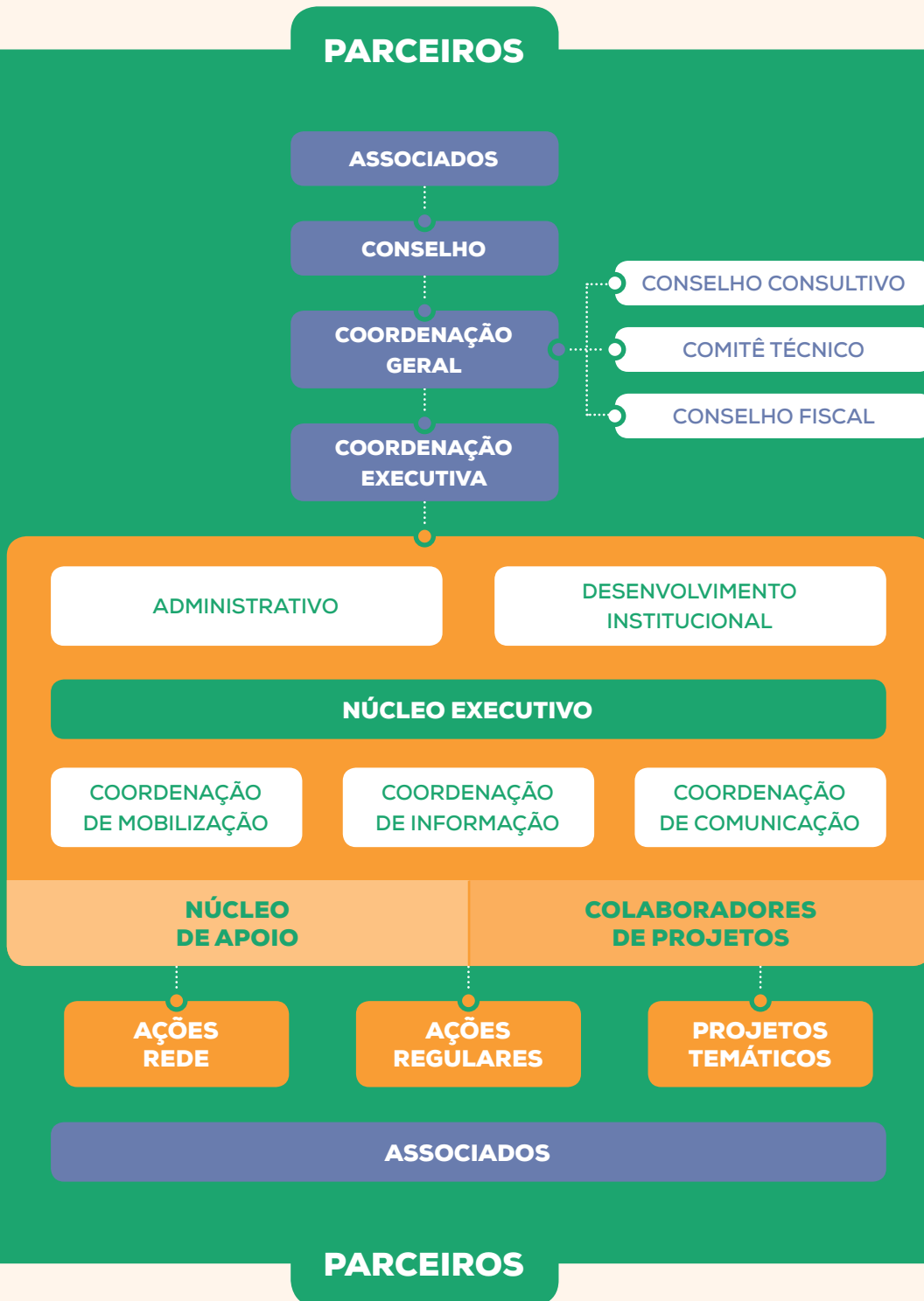
A descrição das atividades propostas nas três frentes estratégicas reafirma e reforça a vocação eminentemente associativa, integradora e propositiva da Casa. Sua estrutura de funcionamento e gestão reflete esta natureza, seja nas dinâmicas de governança e realização das atividades, seja nos meios e modos de funcionamento adotados.

Na dimensão da governança, o fundamento principal deverá ser o da proeminência da rede de associados e parceiros na formação de prioridades e estratégias, de um lado, e na realização das atividades, de outro. O planejamento da Casa deverá ser processual, considerando suas atividades regulares e a interlocução permanente do Núcleo Executivo com a rede, com momentos de construção das agendas programáticas da associação. O período de novembro a fevereiro deverá ser tido como janela para a realização de encontros presenciais e consultas online a fim de avaliar as ações do ano corrente e formular o plano de trabalho do ano seguinte. A Assembleia Geral, com participação do pleno de associados, acontecerá sempre no 1º trimestre e é o momento da apresentação do plano de trabalho anual, de recomposição dos membros de órgãos colegiados e prestação de contas da associação. A Coordenação e equipe executiva deverão por sua vez atuar como mandatárias da rede, viabilizando a concretização das atividades e prioridades propostas com canais permanentes para o compartilhamento de informações e a apresentação de sugestões por todos no cotidiano.

Na dimensão da realização de atividades, a rede de associados e parceiros institucionais da Casa deverá ter também papel central na execução das ações, com o protagonismo na composição da rotina de atuação nas três frentes estratégicas e na defesa das propostas prioritárias da Agenda Rio. A disponibilização de um calendário de atividades atualizado no site institucional, o aumento da relevância na internet e redes sociais e a articulação nos territórios são tarefas para ampliar a participação nos debates, bondes, coalizões temáticas e mobilizações promovidas pela Casa e rede de parceiros.

Com essas premissas, a estrutura de gestão da Casa deverá contar com a seguinte composição:

ECOSSISTEMA



Pleno dos associados

Formado por todos os associados da Casa e aberto a todos os que desejem integrar-se ao grupo, é a instância primeira de consulta e formulação para a agenda de atividades e de atuação no debate público, com a adoção de mecanismos regulares para a participação de todos e o compartilhamento de informações pelo Núcleo Executivo e pelas equipes dos projetos. Somando-se a isso, um ciclo anual regular de planejamento e prestação de contas das atividades orienta o funcionamento associativo pleno, conforme descrito a acima.

Conselho de Governança

Norteadada pelo Plano Estratégico e de Trabalho consolidado pelo coordenador executivo ao longo do processo de avaliação e planejamento de novembro a fevereiro, a direção cotidiana da Casa será exercida de maneira colegiada, por um conselho com 9 integrantes eleito pelo pleno de associados para mandatos bienais. Ao lado da coordenação e supervisão regulares das atividades executivas, os integrantes do Conselho Deliberativo são co-responsáveis pela articulação institucional, captação de recursos e expansão contínua da rede de associados e parceiros da Casa.

Coordenador Geral

A Coordenação Geral possui a função de apoio na articulação política e institucional, no estabelecimento de parcerias e na captação de recursos, acompanhamento e apoio à Coordenação Executiva e equipe. A Coordenação Geral também terá papel destacado na interlocução regular com o Conselho de Governança e na construção de agendas de trabalho entre este e o Núcleo Executivo.

Coordenador Executivo

O Coordenador(a) Executivo(a) é o representante legal da associação, responsável pela consolidação dos Planos Estratégicos e dos Planos de Trabalho anuais e pelo gerenciamento da execução dos programas definidos. Cabe ao coordenador estabelecer diretrizes de ação com a Coordenação Geral e Conselho de Governança, coordenar equipe e atividades do núcleo executivo, ampliar parcerias institucionais e fontes de recursos, representar a Casa ativa e passivamente e executar todos os atos relacionados à gestão administrativa, financeira e contábil da Casa.

Núcleo Executivo

Refletindo a estrutura habitual para organizações da natureza da Casa, o Núcleo Executivo é responsável pela execução geral das atividades, comunicação institucional, gestão administrativa e financeira e interação cotidiana com toda a rede de associados e parceiros, conduzindo a articulação contínua de ações no interior dela. O Núcleo é formado pela coordenação executiva, de mobilização, de informação, de incidência política, de comunicação e administrativa, contando também com a assessoria de desenvolvimento institucional e estagiários. No ciclo 2017-2020 o Núcleo Executivo também contará com assessorias de informação e de mobilização, fortalecendo as ações de suas respectivas áreas. Este também poderá contar com o suporte de associados por meio de Núcleos de Apoio a tarefas específicas (núcleos de mobilização, informação, comunicação, captação de recursos).

Conselho Fiscal

As atribuições do Conselho Fiscal são examinar os demonstrativos financeiros e contábeis da Casa e as operações patrimoniais por ela realizadas, emitindo pareceres para o Conselho de Governança e a Assembleia Geral. Cabe a ele fiscalizar regularmente os atos da administração da Casa, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Afim de aperfeiçoar suas rotinas e práticas financeiras, a Casa fará auditorias externas anuais sobre suas contas, tornando públicos seus balanços no site institucional.

Comitê Técnico

Associados e parceiros que são referência em algum tema ou território e que podem ser acionados para apoiar com informações qualificadas, na elaboração de notas técnicas, na produção de artigos e especialmente para contatos com mídia. O Comitê será formado por pessoas com notório conhecimento sobre o tema e indicadas pelo coordenador-executivo, o coordenador geral e o conselho de governança.

Comitê Consultivo

A Casa também contará com um Comitê Consultivo, dedicado a apoiar o desenvolvimento da associação e a ampliação contínua do leque de parcerias institucionais. O Comitê Consultivo será formado por três integrantes escolhidos pelo coordenador executivo para mandatos anuais entre pessoas de referência para a Casa e em seus respectivos âmbitos de atuação.

Colaboradores de projetos

A Casa pode desenvolver projetos em parceria com outras organizações e acionar associados para atuarem na execução dos mesmos com devida remuneração.

Rede de parceiros

A rede é constituída de forma ampla por agentes de todo o território metropolitano e permanentemente expandida a partir do cotidiano de atuação e interações da Casa, compondo assim com os associados o universo abrangente a partir do qual a Casa busca desempenhar seu papel de articulação e fortalecimento da esfera pública.

Para além de possuir foco territorial dedicado à metrópole e o Rio inteiro, a Casa também está inserida em redes de escalas nacionais e internacionais, proporcionando o intercâmbio, a troca de experiências e de metodologias com outras organizações com perfil de atuação similar ao da associação. A nível nacional participa da Rede Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis (RBCJDS) e da promoção do Programa Cidades Sustentáveis, que oferece aos gestores públicos uma agenda completa de sustentabilidade urbana, um conjunto de indicadores e um banco de práticas com casos exemplares de políticas públicas de referência a serem perseguidas pelos municípios. Em parceria com a RBCJDS, a Casa também participa do projeto “Orçamento e Direito à Cidade”, financiado pela União Europeia e cujo objetivo é fortalecer organizações da sociedade civil para monitoramento e incidência na política de mobilidade urbana. Outra articulação a nível nacional é o Cidades e Territórios, uma iniciativa do Instituto Arapyáú para a promoção da agenda de sustentabilidade no país.

A nível internacional a Casa participa da *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)*, uma rede criada pela ONU com o objetivo de mobilizar conhecimentos técnicos e científicos da academia, da sociedade civil e do setor privado no apoio de soluções para problemas de desenvolvimento sustentável em escalas locais, nacionais e globais. Como horizonte no plano estratégico (2017-2020), a Casa e outras duas organizações, Casa Tupa-Uke (Colômbia) e Solo Kota Kita (Indonésia), vão iniciar a construção de uma rede de cooperação internacional para o intercâmbio de organizações da sociedade civil em cidades do Sul Global que trabalhem com o monitoramento e a incidência em políticas públicas. Está prevista também a inclusão de outras organizações de cidades da África. O projeto detalhado da rede Sul-Sul e a relação das demais organizações participantes deve ser formulado no 2º semestre de 2017. Em seguida será iniciado o processo de captação de recursos para sua realização, com a expectativa de iniciar as atividades de intercâmbio em 2018.

Ao longo do seu desenvolvimento no ciclo de implantação, a Casa desenvolveu forte articulação com um conjunto de organizações da sociedade civil, com perfis variados e distribuídas nos municípios da metrópole. Atualmente contamos com 123 parceiros. Também avançamos na interlocução com a mídia, atores políticos e gestores públicos no Governo do Estado e em algumas prefeituras. Esses esforços são positivos, mas reconhecemos que eles são a base para um processo de articulação que se propõe muito mais profundo e amplo na sociedade fluminense, fortalecendo a Casa como ambiente institucional capaz de articular sociedade civil, academia, gestores públicos, setor privado e mídia para o debate e a construção de políticas públicas prioritárias na metrópole do Rio. Assim, o trabalho cotidiano de expansão da rede de parceiros deve considerar tanto a capilaridade e a articulação com organizações a nível local, quanto a inserção da Casa em espaços institucionais de poder e tomada de decisão, tecendo sua interlocução no arco amplo de atores políticos que atuam na cidade. O critério para estabelecer a interlocução regular nesse amplo campo descrito deve ser a postura republicana, o respeito mútuo e a convergência em algumas das pautas prioritárias da Agenda Rio, sendo está a base para a atuação da Casa no debate público.

E para a manutenção do seu funcionamento permanente e a interação cotidiana entre os vários atores envolvidos, a Casa tem hoje sua sede instalada na Glória, local bastante acessível, próximo ao metrô, um ambiente confortável para a equipe e visitantes e o compartilhamento de espaços com os pesquisadores do ISER, parceiro-chave desde a criação da Casa. A avaliação é que a Casa deve permanecer instalada no mesmo local, contribuindo financeiramente com os custos mensais de locação. No entanto, o fato da questão da localização estar equacionada neste momento deve servir de estímulo para que a Casa faça um fundo de reserva e no futuro possa migrar para uma sede própria, que deverá ter como destino a área central da cidade.

PLANO ESTRATÉGICO E FINANCIAMENTO

Os objetivos, atividades e estrutura propostos sintetizam o horizonte institucional e de trabalho a ser perseguido pela Casa nos próximos anos. O presente documento contém assim o plano geral para tal sequência, visualizando a evolução institucional e de cada uma das frentes de atividades no período de 2017 a 2020, definido como ciclo para a expansão da rede e enraizamento integral da organização. O cronograma de desenvolvimento e o orçamento contidos nos tópicos finais abaixo trazem um panorama sintético do desenvolvimento previsto ao longo desses três anos.

Para financiar e sustentar de maneira contínua as atividades previstas, o plano estratégico delineado prevê a adoção de cinco frentes de geração de receitas, complementares entre si:

DOAÇÕES MENSAIS

Desde o momento de fundação, a Casa conta com contribuições mensais de seus associados como fonte primária de receitas, aportando diretamente nas despesas institucionais da associação. As doações mensais mantiveram-se ao longo de 2013-2016 com regularidade, mas sem grandes alterações no volume total arrecadado. A partir da experiência embrionária do Fundo de Ações Casa em 2016, houve a decisão de direcionar os recursos regulares das doações mensais diretamente para o Fundo, tornando este a porta de entrada do doador individual. Um plano de captação individual para o fundo será detalhado no Plano de Estruturação do Fundo de Ações Casa, definindo métricas e prazos do seu crescimento e desenvolvimento. Do valor total arrecadado pelo Fundo, 75% serão distribuídos em apoio a ações na rede de associados e parceiros e os 25% serão utilizados para financiar parte dos projetos básicos da Casa, como o Fórum Rio, o Curso de Políticas Públicas ou os boletins Agenda Rio. Assim esperamos diversificar as fontes de financiamento dos projetos básicos da Casa e reduzir a dependência dos financiadores institucionais.

CAMPANHA ANUAL DE ARRECADAÇÃO

Ao lado da contribuição regular dos associados, a Casa promoverá uma campanha anual de arrecadação de recursos junto a doadores individuais. A campanha deverá combinar mobilização online com a realização de eventos especiais de captação, buscando acionar as redes de contatos dos associados e parceiros e combinar o recebimento de microdoações em larga escala com a busca de doações em valores maiores, juntos a pessoas e apoiadores que tenham condições de fazê-lo. O recurso captado na campanha anual deverá ser destinado ao financiamento dos custos fixos da Casa.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Fixada a base de sustentação regular fundada no engajamento dos próprios associados e no financiamento distribuído junto a pessoas físicas, prevê-se que o custeio do conjunto das atividades previstas deverá ser viabilizado com a captação de recursos junto a parceiros institucionais, buscando a articulação da Casa com fundações e organizações e programas de cooperação identificados com sua proposta de trabalho, seus princípios e valores e sua agenda de atividades.

PROJETOS TEMÁTICOS E TERRITORIAIS

Conforme apresentado no tópico 4.4, esses projetos fazem parte da atuação em rede da Casa e se somam aos projetos básicos da associação. Além disso, eles poderão aportar recursos no orçamento geral da Casa, por meio de overheads e o pagamento de despesas custeio previstas nos projetos temáticos e territoriais.

RECEITAS PRÓPRIAS

Como parte de sua estratégia de manutenção permanente, a Casa vislumbra também a adoção de meios de geração direta de receitas próprias, por meio do estabelecimento de negócios sociais integrados a ela e em sintonia com a sua missão. Na etapa de implantação a Casa experimentou a venda de camisetas, que geram renda por um lado e criam pertencimento por outro. A ação experimental constatou que existe

demanda para produtos com a marca “Casa”, cabendo portanto organizar a produção e diversificação de produtos (camisas, canecas, chaveiros e etc), sua forma de distribuição (venda em eventos, loja online) e a gestão do negócio (fluxo de caixa, custos operacionais, receita). Além de estruturar a venda de produtos, também será possível criar outros negócios que se articulem com a missão da Casa, como a criação de espaço físico de coworking ou de um programa de passeios e visitas turísticas a pontos pouco explorados da cidade e da região metropolitana do Rio. Exemplos possíveis neste sentido, por serem desenvolvidos e ampliados no curso da implantação institucional plena da Casa.

PARCERIAS

Por fim, a Casa também deverá investir esforços em construir parcerias e fontes de receita com atores do setor privado no Rio de Janeiro. Tais parcerias podem se dar por meio da realização de projetos de interesse comum, de oportunidades em negócios sociais de impacto e de recursos do investimento social privado. A abertura dessa frente reflete tanto a preocupação com fontes diversas de financiamento e sustentabilidade da Casa, quanto a importância de abrir interlocuções com o setor privado fluminense.

Refletindo também aqui a natureza de rede da Casa, a sua organização interna para o funcionamento institucional e a execução das atividades deverá sempre perseguir a manutenção de uma estrutura e equipe próprias tão reduzidas quanto possível, valorizando sempre o envolvimento dos associados e vários atores da rede como estratégia primordial de ação.

No mesmo sentido, no caso do volume de receitas gerado pelas fontes expostas suplantar ao longo do tempo aquele necessário para a manutenção das atividades previstas no presente documento, o excedente deverá ser orientado a criação de um fundo de reserva. Por meio dessas estratégias e do investimento na construção de fontes diversas de financiamento, a Casa espera assim poder realizar na prática o grau de autonomia constitutivo da sua atuação e estabelecer bases sólidas para a concretização das atividades previstas e a sua manutenção no médio e longo prazos. A planilha a seguir sintetiza os horizontes traçados para o alcance desses objetivos no curso dos próximos quatro anos de funcionamento da associação.

CRONOGRAMA 2017-2020

ITEM	2017	2018	2019	2020
MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • 2 Fórum Rio • 1 Curso de Política Pública • 2 encontros Casa • 4 Bondes • 30 iniciativas apoiadas na rede de parceiros pelo Fundo 	<ul style="list-style-type: none"> • 2 Fórum Rio • 1 Curso de Política Pública • 4 encontros Casa • 4 Bondes • 40 iniciativas apoiadas na rede de parceiros pelo Fundo 	<ul style="list-style-type: none"> • 2 Fórum Rio • 1 Curso de Política Pública • 4 encontros Casa • 4 Bondes • 50 iniciativas apoiadas na rede de parceiros pelo Fundo. 	<ul style="list-style-type: none"> • 2 Fórum Rio • 1 Curso de Política Pública • 4 encontros Casa • 4 Bondes • 60 iniciativas apoiadas na rede de parceiros pelo Fundo
INFORMAÇÃO, PROPOSIÇÃO E MONITORAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do Painel de Gestão Municipal • Revisão do Portal casafluminense.org • 1º relatório de monitoramento Agenda Rio • Produção contínua de informações e aumento das inserções na mídia (internet e imprensa) 	<ul style="list-style-type: none"> • Versão atualizada da Agenda Rio 2018 • 4 boletins Agenda Rio • Atualização do Painel de Gestão Municipal e do Mapa da Desigualdade, • Produção contínua de informações e aumento das inserções na mídia (internet e imprensa) 	<ul style="list-style-type: none"> • 4 boletins Agenda Rio • 2º relatório de monitoramento da Agenda Rio • Atualização do Painel de Gestão Municipal e do Mapa da Desigualdade • Produção contínua de informações e aumento das inserções na mídia (internet e imprensa) 	<ul style="list-style-type: none"> • Versão atualizada da Agenda Rio 2020 • 4 boletins Agenda Rio • Atualização do Painel de Gestão Municipal e do Mapa da Desigualdade • Produção contínua de informações e aumento das inserções na mídia (internet e imprensa)
DISSEMINAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação de três coalizações temáticas • Disseminação de conteúdos nas mídias • Criação da bancada da cidadania com ao menos 12 vereadores de 4 municípios • Realização do Seminário de Planejamento e Cooperação • Formação da rede de gestores públicos • Participação na construção do PDUI • Articulação do MPF/RJ e MP/RJ • Elaboração da carteira de projetos de cooperação com poder público 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de três coalizações temáticas • Disseminação de conteúdos nas mídias • Encontro anual da bancada da cidadania e ampliação dos membros • Manutenção da rede de gestores públicos • Articulação do MPF/RJ e MP/RJ • Ampliação da carteira de projetos de cooperação com poder público 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de três coalizações temáticas • Disseminação de conteúdos nas mídias • Realização do 2º Seminário de Planejamento e Cooperação Municipal • Encontro anual da bancada da cidadania e ampliação dos membros • Manutenção da rede de gestores públicos • Articulação do MPF/RJ e MP/RJ • Ampliação da carteira de projetos de cooperação com poder público 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de três coalizações temáticas • Disseminação de conteúdos nas mídias • Encontro anual da bancada da cidadania e ampliação dos membros • Manutenção da rede de gestores públicos • Articulação do MPF/RJ e MP/RJ • Ampliação da carteira de projetos de cooperação com poder público

CRONOGRAMA 2017-2020 (CONTINUAÇÃO)

ITEM	2017	2018	2019	2020
PROJETOS ESPECIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação local do ODS 11 • Orçamento e direitos • 1 projeto especial 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento e direitos • 6 projetos especiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento e direitos • 7 projetos especiais 	<ul style="list-style-type: none"> • 6 projetos especiais
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização do sistema de gestão financeira • Rotina de captação de recursos e parcerias institucionais • Estruturação do Fundo de Apoio Casa Fluminense • Formulação do projeto de cooperação Sul-Sul • Campanha anual de arrecadação • Campanha de novos associados • Elaboração do plano de cargos e salários • Auditoria externa independente 	<ul style="list-style-type: none"> • Rotina de captação de recursos e parcerias institucionais, • Incremento da rotina de doações para o Fundo de Ações Casa • Implementação do projeto de cooperação Sul-Sul • Campanha anual de arrecadação • Campanha de novos associados • Criação de planos de desenvolvimento individual na equipe • Auditoria externa independente 	<ul style="list-style-type: none"> • Rotina de captação de recursos e parcerias institucionais, • Incremento da rotina de doações para o Fundo de Ações Casa • Implementação do projeto de cooperação Sul-Sul • Campanha anual de arrecadação • Campanha de novos associados • Manutenção dos planos de desenvolvimento individual na equipe • Auditoria externa independente 	<ul style="list-style-type: none"> • Rotina de captação de recursos e parcerias institucionais • Incremento da rotina de doações para o Fundo de Ações Casa • Implementação do projeto de cooperação Sul-Sul • Campanha anual de arrecadação • Campanha de novos associados • Planos de desenvolvimento individual na equipe • Auditoria externa independente

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ITEM	2017	2018	2019	2020
Núcleo executivo	610.350,00	704.602,50	933.549,75	1.077.470,21
Projetos básicos	725.000,00	715.000,00	995.000,00	835.000,00
Fundo de Apoio Casa Fluminense	80.000,00	150.000,00	300.000,00	500.000,00
Projetos Temáticos e Especiais	160.000,00	540.000,00	540.000,00	540.000,00
Desenvolvimento Institucional	94.000,00	108.100,00	124.315,00	142.962,25
Despesas administrativas e operacionais	114.600,00	131.790,00	151.558,50	197.105,40
TOTAL	1.783.950,00	2.349.492,50	2.920.108,25	3.292.537,86



Rua do Russel, 76, 5º andar
Glória – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22210-010
Tel: (21) 3253-3709

www.casafluminense.org.br
casa@casafluminense.org.br

 /casafluminense

 /casafluminense

 /casafluminense